

① Para o sociólogo alemão Max Weber, o poder é uma probabilidade de que um indivíduo ou grupo de indivíduos oriente a conduta de um indivíduo ou grupo de indivíduos, a despeito da ~~resistência~~ resistência desses últimos. Essa definição está contida em um contexto teórico e metodológico mais amplo, que o autor sistematizou em "Economia e Sociedade", mais precisamente, na sua discussão sobre a ação social como unidade analítica básica da Sociologia. Para Weber, a ação social é um comportamento humano dotado de significado com vistas a outro(s) ser(e) humano(s). Um exemplo simples disso é quando, sozinhos em nossas casas, escolhemos nossa roupa para ir trabalhar: além de nossos gostos particulares, existem normas, às vezes tácitas às vezes, verbais, sobre como se vestir. Quando existe uma correspondência entre ações sociais, continua Weber, estamos diante de uma relação social, por exemplo, um diálogo simples entre vizinhos de porte em um condomínio em uma metrópole: "Bom dia, João!" (ação social₁), "Bom dia, José! Tudo bem" (ação social₂ correspondendo à ação social₁) no relação social. Desse modo, para Weber, o poder é uma relação social. E, como tal, as motivações das ações sociais que o constituem são de quatro tipos: tradicional, afetiva, racional conforme a valores e racional conforme a fins. (A caracterização desses tipos ficará mais clara no item 2).

Sendo o poder uma relação social, é necessário atentar para como, a título, a intenção de um indivíduo ou grupo de indivíduos de orientar a conduta de terceiros é correspondida: 1) se com resistência e nenhum reconhecimento e adesão, trata-se apenas de um poder coercitivo, ou seja, coação física menos ou mais duradoura no tempo. Nesse caso, tão logo cesse a coação, cessa também a realização da conduta almejada por quem a comanda. E, 2) se com adesão e anuência de quem é comandado, trata-se de um poder legitimado, ou seja, dominação. Assim, para Weber, política é um processo de disputa pelos meios que irão possibilitar aumentar as probabilidades de que se oriente satisfatoriamente (sob a perspectiva de quem comanda) a conduta de terceiros, numa palavra, política é uma disputa por aumentar o poder.

Em sociedades modernas, pelo menos para Weber, o principal instrumento de poder que aí existe é o Estado. De acordo com o autor, o Estado é uma empresa de dominação de um território que reivindica o monopólio da violência legítima ali.



Em outras palavras, o Estado requer para si, a exclusividade no emprego da coerção física que, dentro de uma sociedade, é avaliada como autorizada e até desejável pelos seus membros, ~~historicamente~~ historicamente, os cidadãos. Originalmente, a eficácia estatal na condução daqueles que dominavam residiu, além do controle dos arsenais, também no controle de grãos. Contudo, em sociedades modernas, a principal forma de delimitação das ações individuais dos cidadãos, aquela que mais presente está em seus cobertanos, é a burocracia. ~~Além disso, a principal~~ Além disso, a principal racionalidade conforme a linha da burocracia é o que, em princípio, lhe confere legitimidade em sociedades democráticas modernas, pois supostamente seria um ~~dispositivo~~ mecanismo impessoal de administração, refratário a favoritismos e, no extremo, à corrupção. Note-se que, apesar de resignado em relação ao acelerado ritmo de racionalização de vida cotidiana, Weber não via na burocracia, em si mesmo, um problema. Não chegava a ser um otimista como Hegel em relação a essa administração racional, porém não enxergava uma outra via para a organização política de democracias modernas.

Para Karl Marx, contudo, o Estado era um "corpo parasita" à sociedade. Marx, assim como Weber, via o Estado como um fator decisivo para a vida em sociedade no capitalismo moderno, em torno do qual giravam encarniçadas e violentas disputas políticas. Contudo, isso se dava por um motivo específico que, embora Weber reconhecesse como significativo, não via como característico das disputas políticas em sociedades modernas: a propriedade privada dos meios de produção de riqueza. Como Marx argumenta no *Capital*, vol. I, cap. 24, sobre a acumulação primitiva, o poder estatal, sobretudo o Legislativo, no caso analisado por ele, o Parlamento inglês, entre os séculos XVII e XIX teve continuidade a uma série de medidas legais que, desde o século XIV, vinham sistematicamente expropriando componentes de pequenas propriedades rurais, ferramentas de trabalho e acesso a propriedades coletivas, aos poucos extintas. Desse modo, a constituição do Estado moderno era histórica e estruturalmente enviesada não em um sentido pessoal, mas de classe. Inicialmente favorecendo os grandes proprietários de terra, que se beneficiaram das guerras intestinais de senhores feudais e, depois, com a transposição do centro gravitacional da economia para os grandes centros urbanos, o burguês. Assim, para Marx, todo o aparelho estatal moderno é um instrumento de ~~opressão~~ opressão do proletariado pela clas-

se burguesa. ~~Para Marx, a ideia de direitos universais é, para~~ A própria ideia de direitos universais é, para Marx, embora revolucionária em sua contraposição ~~frontal~~ frontal aos privilégios estatutários da Idade Média, profundamente reacionária em sua abstração da realidade.

Apesar dessa leitura muito mais crítica do Estado, da burocracia e da repressão em comparação a Weber, é importante nuanciar os argumentos de Marx quanto ao Estado e suas implicações na vida política. Se o Estado é, de fato, uma organização classista, em que normalmente a burguesia é sempre privilegiada, nem sempre isso se dá de maneira tão clara. No 18 Brumário, por exemplo, Marx mostra como uma composição de classes muito peculiar circunstancialmente desempodera a burguesia parisiense e, via camponesa, fortalece um ditador, Luís Bonaparte. Por outro lado, o Estado é, para Marx, a organização mediadora por excelência entre o fim do capitalismo e o início do comunismo. Diferentemente de um Bakunin, por exemplo, Marx via a tomada do Estado pela classe proletária como condição sine qua non para a extinção mediada das classes.

② Escolas públicas como o CAP-UFRJ são um excelente objeto de análise, para se entender essa dinâmica entre poder, política e Estado, inclusive em associação direta com a crise de democracias em nosso país. Um caso empírico e até muito próximo que vem à mente é ~~o~~ o uso de ~~energia~~ energia, pelos estudantes, para abastecerem seus telefones celulares. Evidentemente, o uso de aparelhos como esses na escola é um objeto de discussões em si. Contudo, qualquer professor ou professora sabe que a pergunta "Professor, posso abastecer o celular aqui na tomada rapidinho, só uns 5%?", quando feita, é um caso empírico mais do que concreto e um dilema com o qual lidar.

Em ~~primeiro~~ primeiro lugar, cabe um esclarecimento sobre o que é democracia e, mais precisamente, sobre como funcionam democracias como a nossa, modernas. Basicamente, democracia é, como se sabe, o poder do povo. Originalmente, na Atenas dos séculos V e IV aC, ~~o~~ o poder do povo era também o poder pelo povo, ou seja, tínhamos ali uma democracia direta, onde os próprios cidadãos falavam, votavam e assumiam, todos em vezamento via sorteio, funções administrativas. Hoje, um suposto poder do povo é exercido via representantes eleitos, ou seja, existe uma mediação até bastante longa entre o voto e a participação política. É difícil reduzir a cri-

se por que passamos atualmente em nossa democracia a apenas um fator, mas, parece-me fora de dúvida que se trata também de uma crise de representação. Basicamente, entre os políticos eleitos e suas bases eleitorais, mesmo aquelas que tiveram o voto vencedor, há um fosso sintetizado pelo adágio: "Aqueles caras não me representam!", sobretudo porque "São todos corruptos!".

E eis que, durante uma aula, geralmente isso se dá nos momentos iniciais da aula, um estudante pergunta se pode abastecer o seu telefone celular na tomada daquela sala da escola. Ora, pensando com Weber, o/a docente que ali está nada mais, que um representante de normas racionais previamente definidas no regimento interno da instituição que, por sua vez, deverá ter sido elaborado em assembleia ou comissão pedagógica dali e que, em última instância, terá sido balizada pela LDB de 1996, ou seja, por um dispositivo legal do Governo Federal e, portanto, do Estado brasileiro. Em muito menos palavras, o/a docente, talvez até contra seus próprios ideais, vê-se na posição de um burocrata que precisa definir não apenas sua conduta naquele momento, mas orientar a conduta de um terceiro, no caso, o estudante que pleiteia um favor.

Caso haja tradicionalmente, de acordo com a tipologia weberiana, ele/a muito provavelmente diria: "Não". E, ~~requerendo~~ tendo-lhe sido requisitada uma justificativa, "Mas por que não, professor(a)?", ele/a complementaria: "Porque sou seu professor e estou lhe dizendo que não. Por favor, volte para seu lugar. Vá começar a aula". Caso haja afetivamente, a ação do(a) professor(a), de pender dos sentimentos que nutrisse pelo aluno em questão, o que provavelmente redundaria numa demonstração de pura arbitrariedade: "Pois não, fulano, claro! Siga em frente" ou "Não, porque não, etc.". Caso haja conforme a fins, é possível que o(a) professor(a) permita que o aluno abasteça o celular, se isso significasse algum tipo de ganho ou economia de recursos: "Vai logo, menino, preciso começar a aula!". Finalmente, caso haja conforme a valores, tudo vai depender de que valores estão em jogo. Se o(a) professor(a) é tomado por um estrito sentimento de dever republicano, por exemplo, poderá justificar sua negativa assim: "Sinto muito, fulano, mas trata-se de patrimônio público e, nesse caso, você estaria privatizando-o para fins não pedagógicos". Por outro lado, caso tomado por valores pedagógicos mais imediatos, poderá pautar uma discussão com o aluno sobre normas de convívio, a partir daquela requisição.

A partir da obra de Weber, de suas críticas e de suas ressalvas em relação à burocracia, não parece exagerado sugerir que ele visse em uma ação conforme a valores republicanos como a mais adequada a esta situação. Em uma instituição de educação de massas, argumentaria, ~~uma~~ discricionandade não apenas inviabilizaria a administração como, mais ainda, abriria margem para favorecimentos personalistas, de um lado, e, de outro, correspondentes perseguições ~~pedagógicas~~ ou, quando menos, significativas omissões ~~pedagógicas~~. A percepção popular de que a política "não funciona", que "eles são todos corruptos" deriva, em boa medida, de uma racionalidade conforme a valores republicanos. De alguma maneira, a classe política brasileira não está correspondendo à expectativa normativa dos cidadãos, eleitores em uma democracia representativa. Muito provavelmente, as racionalidades de ambas partes são incompatíveis entre si ou, pelo menos, parecem ser. Pode-se argumentar, talvez, que a classe política, porque tem condições de fazê-lo, disputa o jogo eleitoral movida apenas por uma racionalidade conforme a fins ("lucro", "poder", etc), enquanto os eleitores votam movidos por uma racionalidade de virtudes. Este, contudo, também aos olhos de Weber talvez fosse um argumento bastante superficial, pois desconsideraria o caráter complexo, i. e., diversificado das motivações de uma ação social. Nesse caso, de fato, o melhor a se fazer, em uma metodologia de inspiração weberiana, seria perguntar aos indivíduos envolvidos, tanto no caso do professor com o estudante, tanto no caso do eleitor com o político.

3

PLANO DE AULA, 1/4 (3º Trimestre)

↳ TEMA: "Poder, política e Estado".

↳ JUSTIFICATIVA: Tendo em vista que, em 2018, no segundo semestre, teremos eleições, é bastante oportuno trazer esse recorte temático para a sala de aula, uma vez que tocará em questões de sua realidade imediata.

↳ PRÉ-REQUISITOS: Necessário que os estudantes já tenham consolidada uma perspectiva técnica sobre o conceito SOCIEDADE, como um conjunto de relações de dependência mútua entre seres humanos, conjunto esse ~~organizado~~ organizado por regras criadas em relação pelos próprios seres humanos, i. e., organizado por uma CULTURA.

↳ CONTEÚDO: "Conflito" (apud Georg Simmel)

↳ JUSTIFICATIVA: A opção pela perspectiva simmeliana do conflito dá-se porque tem uma premissa metodológica relacional de muito pequena escala (base para o interacionismo simbólico e a sociologia dramática de Erving Goffman). Dessa modo, partindo de pequenas interações cotidianas, alcançaremos macroestruturas, como o Estado. Penso que isso se adequa melhor às habilidades cognitivas e intelectuais de estudantes que acabaram de ingressar no Ensino Médio.

↳ OBJETIVOS:

PRIMÁRIOS	{ 1) Problematicar uma percepção estigmatizante do conflito, bastante presente no cotidiano.
SECUNDÁRIO	{ 2) Identificar a cooperação como parte integrante do conflito.
	{ 3) Estabelecer os fundamentos de uma sensibilização para a distinção (a ser retomada mais adiante nas aulas de Sociologia ou também até de Filosofia) entre moral individual e normas organizacionais.

↳ METODOLOGIA: Aula expositiva e dialógica; MATERIAIS: Lousa.

↳ ^{ETAPAS} ~~ETAPAS~~ 1º MOMENTO) Sensibilização para os conflitos cotidianos entre o corpo docente e técnico-administrativo de escola, por um lado, e o corpo discente, por outro. Anotar os mais recorrentes sobre a lousa.

2º MOMENTO) Conceituação: definição de conflito em Simmel, adaptada. ~~...~~ Cópia.

3º MOMENTO) Análise dos casos de conflitos anotados sobre a lousa à luz da conceituação de Simmel.

↳ JUSTIFICATIVA: 1º MOMENTO) O conflito faz parte de nossas vidas. Elencá-los é um primeiro passo à sua problematização analítica.

2º MOMENTO) A apresentação de um conceito técnico aprofunda esse processo, uma vez que nos permite tratar as experiências elencadas com maior distanciamento.

3º MOMENTO) Apresentados aos conceitos, tomarmos-nos habilitados, inclusive, a perceber mais claramente como se constituem conflitos.



[CONTINUAÇÃO] 3º MOMENTO) Chamar a atenção para a cooperação intra conflitual nuancada, inclusive, a representação do corpo discente em torno de sua educação na escola.

↳ AVALIAÇÃO: Continuada e atividade em grupo para dali a três semanas

↳ ATIVIDADE EM GRUPO) Em grupos de 4 ou 5 estudantes, produzir um "vine" (vídeo-meme" de apenas 7 segundos) em que se retrate o conflito dentro da escola. O "vine" deverá vir acompanhado de uma pequena descrição de 50 a 100 palavras, explicando-o. Ao fim do processo de avaliação com esse instrumento, realizar uma reunião conjunta com a turma, onde todos os grupos vejam o "vine" um do outro.